



## II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

Eixo Temático 5. Saberes e Práticas agroecológicas

### **FORMAÇÃO DE MONITORES EM AGROECOLOGIA NA EFAMI: UM INSTRUMENTO DA REPRODUÇÃO CAMPONESA**

Andréia Silva de Alcântara<sup>1</sup>

[Andreiaalcantara05@gmail.com](mailto:Andreiaalcantara05@gmail.com)

Universidade Federal da Bahia

Marize Damiana Moura B. e Batista<sup>2</sup>

[marizebatistab@yahoo.com.br](mailto:marizebatistab@yahoo.com.br)

Universidade Federal da Bahia

#### **RESUMO:**

Este texto discute agroecologia enquanto instrumento da reprodução camponesa no contexto do curso de formação de monitores na Escola Família Agrícola da Região de Iará (EFAMI), realizado em 2016 com estudantes do 2º ano do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, cujos alunos residiam nos municípios de Iará, Santanópolis, Água Fria, Ouriçangas e Coração de Maria. Este resultou do projeto de extensão Espaço agrário e agroecologia: a reprodução camponesa no município de Iará (BA), decorrente de parceria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a EFAMI. Pautou-se na ideia de que a população camponesa que vai se formando na região de Iará, manifesta em seu modo de vida processos de luta e resistência no campo, e isto se expressa nas diversas manifestações do saber fazer local, revelado na diversidade da produção agropecuária e nas relações socioculturais. Assim, no modo de vida desses camponeses, se identificam princípios da agroecologia. No curso, objetivou-se desenvolver a consciência política, enquanto tática de luta para a permanência no campo. Isto exigiu um trabalho de elevação do pensamento, por meio da apropriação de consistente base teórica, articulada à prática socioespacial. Este movimento possibilitou analisar a organização do espaço agrário do município de Iará e região, em sua dimensão sócio-política e produtiva e as relações de trabalho existentes, identificando contradições e possíveis alternativas de superação dessa realidade. Desse modo, a formação de monitores em agroecologia da EFAMI se localiza no plano das táticas para o empoderamento de jovens camponeses da região de Iará.

**Palavras-chave:** Espaço agrário; Agroecologia; Campesinato.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

## **1 INTRODUÇÃO:**

O campesinato compõe uma classe social heterogênea, condição que permite entendê-lo enquanto uma unidade de classe marcada pela diversidade sócio-cultural e política dos sujeitos do campo. Esta classe se manifesta no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro, baseado na concentração fundiária e na agroexpotação. Neste contexto de luta dos camponeses para assegurar a sua reprodução socioeconômica, a agroecologia se constitui como forma de resistência e reafirmação desses sujeitos no espaço rural brasileiro.

Neste texto, a utilização do termo região de Irará se define pelos municípios que agregam a EFAMI. Contudo, a base de dados da discussão que se estabelece toma por referência, a realidade do município de Irará, em virtude da referida escola encontrar-se localizada neste município. Este município apresenta características que norteiam o conceito de agroecologia. Isto se explica porque a maior parte dos camponeses de Irará, que ocupa as pequenas propriedades, trabalha com uma agricultura tradicional, onde se nota a existência de um saber fazer característico de uma herança cultural, marcada pela construção de histórias de resistências e lutas no campo.

Há uma diversidade na produção, destacando-se atividades agrícolas e também artesanal, e isto se caracteriza como um dos princípios da agroecologia. Neste sentido, a agroecologia pode vir a ser uma estratégia política de ampliação da consciência dessa população do campo. Assim, o processo de formação política dos camponeses é defendido enquanto uma das táticas de luta para a sua permanência no campo. É neste contexto que se situa o curso de formação de monitores na EFAMI.

## **2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE IRARÁ: O CAMPONÊS EM QUESTÃO**

Semelhante ao que ocorreu em outras partes do Brasil, a agroexpotação foi a base econômica predominante na Bahia. Essa atividade concentrava a maior parte da produção de cana-de-açúcar, pecuária bovina e fumo. De outro lado, a produção de subsistência era praticada em regiões desfavoráveis ao cultivo comercial das monoculturas, tanto por pequenos produtores que não tinham capital suficiente para construir engenhos, quanto por escravos, em seus dias de descanso, e por índios

“domesticados<sup>3</sup>”. É neste contexto que a agricultura no sertão baiano consolidou-se simultaneamente à criação do gado bovino. A pecuária bovina se desenvolveu como atividade econômica para o mercado estadual e nacional e a produção de alimentos primários para o mercado local e o abastecimento da colônia.

Nessa direção encontra-se o município de Irará, que foi constituído no final do século XVII e início do século XVIII. Este município pertenceu à região de Cachoeira até os anos de 1823, quando foi incorporado ao município de Feira de Santana, até 1842, ano em que ocorre sua independência político-administrativo (SEI, 2012).

No século XVII a produção da cana-de-açúcar era altamente rentável, ocupando a maior parte das terras do Recôncavo Baiano. Foi com a intenção de expandir a produção da cana-de-açúcar e do gado bovino para o sertão baiano que o capitão Antônio Homem de Afonseca Correia e Diogo Alves Campos, ainda sob concessão de sesmarias, iniciaram em 1717, a construção do povoado de Irará, através da instalação de dois engenhos de açúcar e de currais de gado. “A colonização veio provavelmente, através de Cachoeira, pelo sul de nosso município. Diogo Alves Campos instalou seu curral de gado onde hoje é a Fazenda Brotas, pois naquele sítio se erguia a Capela de Nossa Senhora das Brotas” (PMI, 1988, p.28).

Na mesma época foi construída pelo capitão Antônio Homem de Afonseca Correia em sua propriedade, a Capela de Nossa Senhora da Purificação. A construção da capela favoreceu a instalação dos Jesuítas na região, cuja tarefa era promover a ocupação do espaço local. Os Jesuítas foram responsáveis pelas missões de catequização dos índios Paiaias<sup>4</sup> que habitavam essas terras. Os índios organizavam frequentemente ataques as grandes fazendas, como forma de resistir às ações ameaçadoras dos portugueses, além de realizar a caça ao gado na pecuária extensiva. A missão dos Jesuítas na região voltou-se a assegurar a “domesticação” dos índios através da construção de aldeias missionárias<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>Esses índios, considerados “índios de pazes” ou “índios amigos”, eram catequizados, batizados e aldeados em outras áreas, de onde eram periodicamente retirados para prestarem serviço aos colonizadores (FREIRE, MARELHOS, 2010, p. 32).

<sup>4</sup>Não encontramos registro do modo de vida dos Paiaias na região, já que em Irará as aldeias missionárias concentravam índios de etnias distintas e de origem das diversas regiões da Bahia. O que encontramos é que os “Tapuias” no século XVII eram identificados como os índios Payayás e faziam parte da família Kariri, ramo vinculado ao tronco Macro-jê. Disponível em <[http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013\\_01\\_01\\_archive.html](http://itapicurusuahistoria.blogspot.com.br/2013_01_01_archive.html)

<sup>5</sup>As aldeias missionárias foram efetivamente situadas em locais próximos aos povoados portugueses. Possuíam uma igreja ou capela, uma escola e casas para cada família, bem diferentes das malocas comunitárias e da vida que os índios levavam em suas aldeias de origem. Seu objetivo principal era concentrar os índios, de nações e culturas diferentes, em um local de fácil acesso, onde pudessem ser catequizados e “civilizados”, aprendendo os princípios da religião cristã e certos valores como obediência

As aldeias foram construídas nas proximidades das capelas de Nossa Senhora da Conceição de Bento Simões, em 1726, no povoado de Bento Simões; de Nossa Senhora do Livramento, em 1756, no atual povoado da Caroba e de Nossa Senhora da Purificação, na Praça da Purificação, sede do município. Foram nas capelas que os jesuítas exerceram a administração das aldeias (SANTOS, 2008). O processo de aldeamento resultou no extermínio em massa dos índios Paiaiás, pois estes mostraram resistência ao domínio português, representando uma ameaça aos colonizadores da região.

O Arraial de Irará (1832) se destacava pela influência econômica, através da concentração do comércio (engenho de açúcar, gado, fumo, gêneros alimentícios) e por estar no curso da rodovia estadual (BA 084), a qual se iniciava na Vila de Água Fria, passando por Irará e seguia em direção ao porto fluvial de Cachoeira. A elevação do Arraial da Purificação dos Campos de Irará a categoria de município ocorreu em 27 de maio de 1842, através da Lei Provincial Nº 173, quando passaram a ser distritos de Irará os povoados de Água Fria, Bento Simões, Serrinha, Coração de Maria, Santanópolis, Pedrão e Ouriçangas. Em 1895 através de sua influência socioeconômica, a Vila de Purificação dos Campos foi elevada à categoria de cidade com o nome de Irará, pela Lei estadual Nº. 100, de 8 de agosto de 1895 (IRARÁ, 2012).

Fatores como o uso da mão de obra escrava, a formação dos latifúndios através das concessões de sesmarias, o fortalecimento da pecuária extensiva, da produção do fumo e de alimentos de subsistência (mandioca, milho, feijão), consolidaram a construção do espaço agrário do município de Irará. Este também foi refúgio de escravos fugidos e alforriados não só da região do Recôncavo mas também de Salvador e dos municípios do sertão baiano, principalmente Feira de Santana, regiões onde o trabalho escravo, em grande escala, predominou até meados do século XIX.

As pequenas propriedades foram constituídas em áreas periféricas, através da construção de quilombos de negros e índios que adentravam as terras de Irará em busca de refúgio (SANTOS, 2008). A formação dessas propriedades também se deu a partir das aldeias missionárias, onde pequenas frações de terra eram cedidas aos índios “domesticados” destinados à produção da agricultura de subsistência. Daí resultam as comunidades rurais camponesas de Irará, cuja base do sistema produtivo tem sido a produção da mandioca e dos seus derivados (SEMAI, 2016).

---

e disciplina, que os tornavam aptos para serem integrados ao sistema colonial como força de trabalho (FREIRE, MARELHOS, 2010, p. 33-34).

Assim, é no contexto da reprodução do capital que vai se formando uma agricultura de subsistência no município de Iará. Isto, de certa maneira vai proporcionando a participação da burguesia no mercado agropecuário nas escalas regional, nacional e global. Ao mesmo tempo, é do interior dessas relações de produção que as comunidades rurais camponesas vão se formando, cujos camponeses<sup>6</sup> vão vivendo em pequenas áreas de terras e dedicando-se à produção de alimentos. Segundo o IBGE (2006) e GeografAR (2010), em Iará as famílias que vivem nas comunidades rurais ocupam estabelecimentos com área de menos que 2 hectares, o que corresponde a 67% dos estabelecimentos do município. Do percentual restante, destacam-se 9 estabelecimentos (29%) que ocupam área significativa de terras do município, com área entre 100 a aproximadamente 500 hectares.

Desse modo, mediado por subordinação, exploração e resistência, os camponeses vão reelaborando em sua comunidade de origem, ou em outros espaços, quando necessitam migrar, estratégias de reprodução da vida. É neste sentido, Bartra Vergés (2011), ao tratar dos camponeses mexicanos, os coloca na condição de diversificados, obrigatoriamente inquietos e que permanecem, sobretudo por seu modo de transformar, os quais são identificados em valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência. Apesar deste autor tratar do campesinato mexicano em suas transformações mediante sistema do capital, as reflexões que realiza, ajudam também a compreender o campesinato no Brasil.

Nota-se assim, no espaço rural em Iará, de um lado o predomínio de uma população vivendo um processo de fracionamento da terra de herança e com dificuldades em adquirir novos lotes, ou mesmo produzindo em condições que limitam a sobrevivência da família. Do outro lado, um processo de concentração das terras, levando muitos agricultores a submeterem sua força de trabalho total ou parcial ao assalariamento e a migrar para a cidade em busca de meios que garantam sua reprodução.

---

<sup>6</sup> Para Martins (1983, p. 16), o campesinato brasileiro “é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violência, ou tentativas de alijamento, de acomodação, de subordinação.”

### **3. AGROECOLOGIA COMO CONTRAPONTO À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CAMPO BRASILEIRO**

O processo de modernização do campo no Brasil, instituído na década de 1970 com a Revolução Verde, foi altamente concentrador e excludente, beneficiando fortemente o grande produtor, latifundiário e deixando à margem os pequenos produtores rurais. Deste modo, as políticas públicas para o campo possibilitaram o aumento da oferta dos produtos que visavam suprir as necessidades do mercado externo, deixando o mercado interno em situação vulnerável quanto à produção de alimentos para a subsistência. Dentre os principais produtos para a exportação, encontravam-se a cana-de-açúcar, o café, a mamona, o milho e o algodão.

Em resposta a este processo de concentração de terras e de exclusão social, emergem na década de 1990, mobilizações e reivindicações dos pequenos produtores organizados, propondo políticas públicas que possibilitassem condições dignas para a sua reprodução enquanto camponês. Neste contexto, são criados programas de desenvolvimento rural com o objetivo de integrar o camponês ao modelo produtivo da agroindústria, tornando-o dependente da indústria de agroquímicos.

Neste cenário, marcado fortemente pela orientação das políticas neoliberais, o Estado brasileiro consolida a existência de uma nova categoria social no campo: o agricultor familiar, cujo propósito era enfraquecer a organização de agricultores camponeses que lutavam pelo acesso à terra e às condições de produção e reprodução. Os camponeses reagem, por não se sentirem contemplados nessa categoria, uma vez que a sua inserção nesta política comprometeria sua organização social, tirando-lhe a autonomia política e produtiva. Contrapondo-se a este modelo de desenvolvimento pautado para o campo, os camponeses organizados em movimentos sociais propõem a agroecologia como um caminho possível para superar o modelo de produção convencional<sup>7</sup>.

A Agroecologia apoia-se em princípios que visam uma produção que assegure aos agricultores condições dignas de vida como moradia, saúde, educação, infraestrutura,

---

<sup>7</sup>Agricultura convencional também denominada de agricultura moderna ou industrial foi consolidada após o processo de modernização do campo como consequência da revolução verde. Esse modelo de produção tem como características o uso de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas, mecanização da produção e a dependência da agricultura a indústria (CAPORAL, 2009).

saneamento básico. Defende proposta sócio-política e econômica para os pequenos produtores. Nela predomina a valorização dos aspectos culturais e regionais, promovidas pelas experiências tradicionais dos povos (PETERSEN, 2013), onde a prioridade é a segurança alimentar, o policultivo, e a interação da produção animal e vegetal (ALTIERI, 2004). Também busca uma retomada histórica das técnicas da agricultura tradicional, suprimidas no processo capitalista de desenvolvimento rural, cujas práticas são tão antigas como a origem da agricultura (HECHT, 1999).

A agroecologia é um instrumento da luta camponesa que se contrapõe ao agronegócio e ao mesmo tempo se constitui como ferramenta de enfrentamento às políticas hegemônicas do campo, configurando-se como instrumento de resistência do camponês. Na concepção de Gonçalves (2009):

Agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo, superando, portanto, o viés econômico e ambiental/econômico presente nas agriculturas industriais e orgânicas (GONÇALVES, 2009 p.80).

Dessa maneira, a agroecologia se constitui como uma ferramenta teórico-prática de disputa ideológica, econômica, técnica e cultural, que possibilita o avanço da consciência política dos sujeitos do campo. É nela que os camponeses poderão legitimar-se como classe necessária à preservação ambiental aliada ao desenvolvimento da produção (Guzmán e Molina 2013). É também instrumento não apenas de promoção da agricultura sustentável, mas de autonomia do camponês. Para Altieri (2004):

O monitoramento da produtividade, da integridade ecológica e da igualdade social deve ir além da quantificação da produção de alimentos e do controle da qualidade do solo ou da água. Deve incluir, além disso, os níveis de segurança alimentar, fortalecimento social, potencial econômico e independência ou autonomia dos camponeses (ALTIERI, 2004, p.64).

No município de Iará os princípios da agroecologia se manifestam dentro das propriedades através da organização da produção de base familiar, nas técnicas tradicionais de manejo do solo, no respeito à biodiversidade, na reciclagem de nutrientes, na segurança alimentar, no trabalho coletivo através dos mutirões. E manifesta-se para fora das propriedades por via da comercialização na feira livre, momento em que o agricultor dialoga com a comunidade local.

Dentre as principais dificuldades que ameaçam a reprodução do pequeno produtor no campo estão: os baixos preços dos produtos da agricultura camponesa no mercado; a subdivisão da pequena propriedade familiar através do fracionamento da terra de herança, já que os filhos não possuem condições econômicas para adquirir novos lotes de terra; falta de oportunidade de emprego para a juventude; violência e migração do campo para centros urbanos, como consequências da falta de políticas públicas que garantam a permanência e reprodução do camponês no campo.

Para garantir a reprodução do camponês é preciso romper com a relação de subordinação ao capital e reivindicar do Estado o direito à terra e à criação efetivação de políticas públicas que garantam preço justo, créditos, assistência técnica, equipamentos que possibilitem o beneficiamento da produção, além do acesso à saúde, educação e lazer. Isto requer, um processo de luta da classe camponesa, aliado à luta dos demais trabalhadores. Porém, esta luta demanda a construção da consciência de classe, o que se constrói com formação qualificada por teoria revolucionária para transformação da realidade vigente.

#### **4. FORMAÇÃO DE MONITORES EM AGROECOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA FAMILIAR AGRÍCOLA DA REGIÃO DE IRARÁ (EFAMI)**

O município de Irará (BA) possui área de aproximadamente 277 km<sup>2</sup>. Está localizado na microrregião de Feira de Santana e é pertencente ao Território de Identidade Portal do Sertão. Este território é formado pelos municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova

FIGURA 1: Irará/BA – Mapa de Localização



Elaboração: Fábيا Antunes Zaloti.

Os municípios de Irará, Água Fria, Coração de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis conformam a área de abrangência da Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI). Esses municípios são atendidos por serviços como saúde, educação, rede comercial, rede bancária entre outros, oferecidos em grande parte pelo município de Irará.

O projeto de extensão formação de monitores em agroecologia foi uma experiência desenvolvida na EFAMI, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atuou na formação dos estudantes, entendidos enquanto monitores, visando apropriação de uma consistente base teórica, para promover elevação do pensamento e leitura crítica da organização do espaço agrário do município de Irará, identificando contradições e possíveis alternativas de superação dessa realidade.

O referido curso se propôs a analisar a organização sócio-política e produtiva de base agroecológica e as relações de trabalho no campo, assim como seus desdobramentos na produção do espaço do município de Irará (BA). Dessa maneira a metodologia utilizada inicialmente para compreensão da realidade do espaço rural do município de Irará foi a análise de dados secundários e dados primários com respaldo na pesquisa empírica e nos fundamentos teóricos críticos.

Os dados primários foram identificados no município, com trabalho de campo, incluindo visitas com entrevistas junto aos diferentes agentes que interferem na produção do espaço geográfico local. Dessa maneira, foram definidos os seguintes procedimentos de coleta de dados: observação dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na

área estudada, registro audiovisual e fotográfico, aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas com caráter qualitativo.

Os objetivos específicos do curso foram os seguintes: analisar a estrutura fundiária do município de Iará e suas implicações socioeconômicas; identificar os principais elementos que estruturam a organização sócio-política dos pequenos produtores; identificar o perfil dos agricultores que atuam nas pequenas propriedades e as atividades por eles realizadas; analisar a divisão do trabalho no interior da unidade familiar; identificar as políticas de desenvolvimento rural no município de Iará e suas implicações socioespaciais.

O curso foi organizado em seis eixos, os quais foram considerados fundamentais na compreensão do espaço rural de Iará e região: Questão agrária; Agroecologia, População, Movimentos sociais, Políticas públicas e educação popular. No eixo a questão agrária buscou-se discutir a formação do campesinato no Brasil; raízes históricas da Agricultura Familiar; formação e atualidade da agricultura camponesa em Iará; industrialização e modernização da agricultura e estrutura fundiária de Iará.

No eixo população foram debatidos temas como: a população e o homem; a população e o poder; migração como elemento da dinâmica populacional. Em Agroecologia a discussão visou compreender a evolução e características do sistema agrícola e do sistema alimentar contemporâneo; problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pelo agronegócio; agriculturas alternativas e propostas de desenvolvimento agrícola sustentável; agroecologia como proposta de superação ao agronegócio.

No eixo Movimentos sociais buscou-se analisar os modos de produção, capitalismo e socialismo; tarefas da revolução socialista e a formação da consciência política. O eixo políticas públicas visou discutir as políticas públicas na contemporaneidade; políticas públicas e a reprodução do campesinato e a territorialização das políticas públicas na região da EFAMI. A discussão sobre princípios e práticas da educação popular na formação da classe camponesa para sua organização e enfrentamento ao projeto capitalista burguês, sustentou o trabalho do eixo Educação popular.

Além de propor diversas discussões, pautadas na análise da realidade, por meio da leitura de textos e na exibição e síntese de filmes, realização de oficinas, o curso também realizou ações como exemplo, rodas de conversa com a comunidade escolar; socialização do conhecimento nas comunidades onde residem os cursistas; participação

em seminários e eventos fora do ambiente da EFAMI e construção de um jornal da realidade do espaço agrário nos municípios da região da EFAMI. Tais ações voltaram-se ao aprofundamento das temáticas Questão agrária e Agroecologia, frente à produção do espaço rural da região de Iará.

## 5. CONCLUSÃO

Em um cenário onde as relações sociais de produção priorizam a acumulação, a concentração da terra e a produção de alimentos para o mercado, a agroecologia é tomada enquanto uma possibilidade de superação desse quadro. Neste contexto, o campesinato se define enquanto classe social que estabelece suas táticas de luta e resistência para a garantia da sua reprodução no campo.

Desse modo, constata-se que os princípios da agroecologia que tem se evidenciado no município de Iará, se expressam por meio da agricultura tradicional nas diversas manifestações do saber fazer camponês. Tais saberes, inerentes aos camponeses de Iará e da sua região, se revelam na diversidade da produção agropecuária e nas suas relações socioculturais.

Sendo assim, a formação de monitores em agroecologia da EFAMI se localiza no plano das táticas e tem como propósito fundante o empoderamento da classe camponesa na região de Iará. O horizonte a ser alcançado perpassa pelo fortalecimento da auto-organização camponesa para que a mesma possa apropriar-se dos instrumentos de luta nas reivindicações de direitos: acesso à terra, à educação identificada com as lutas do campo, ao crédito para a melhoria da produção e da produtividade, à assistência técnica, insumos e tecnologias voltadas ao desenvolvimento da pequena propriedade.

## REFERÊNCIAS:

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia\\_short-port.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_short-port.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

BATRA VERGÉS, Armando. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. Tradução Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto (Coordenador). **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. – Brasília: 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio De Janeiro. RIO DE JANEIRO. EDUERJ, 2010.

GEOGRAFAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Banco de Dados: **Estrutura Fundiária dos municípios da Bahia**. Salvador. POSGEO/IGEO/IFBA/, 2010. Grupo de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre A Evolução do Conceito de Campesinato** - 2ª Ed. 2013.

GONÇALVES, Sérgio Para além do agronegócio – a “agroecologia” e a reconstrução do atual sistema agrícola e alimentar. *In*. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. FRANÇA JUNIOR, Luzimar B. (Orgs.) (1991).. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. v 4 p. 70-93. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/geotrabiv.pdf> Acesso em 04 de outubro de 2012.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. *In*: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 20/04/2016.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes Ltda, 1983.

PETERSEN, Paulo. Agricultura Camponesa: entre a onipresença e a invisibilidade. **Revista carbono**, n°4, dossiê 2013. Disponível em <http://revistacarbono.com/artigos/04agricultura-camponesa-paulopetersen/> acesso em 12/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ (PMI). Irará 1988. Bahia:1988.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará (SEMAI). **Relatório de Atividades do ano de 2016**. Prefeitura Municipal de Irará, Bahia.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Estatísticas dos Municípios Baianos** - v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Etnicidade e memória entre quilombolas em Irará- Bahia. Salvador: UFBA, 221f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.